



**Ata da Audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, realizada em 17 de novembro de 2011, na cidade de Cubatão.**

Realizou-se, no dia 17 de novembro de 2011, às 17 horas, no Bloco Cultural, Praça dos Emancipadores, s/nº, Vila Couto, Cubatão/SP, a audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Processo SMA Nº. 7094/2000). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas a todos, de modo especial ao Jose Roberto Calans, Secretário de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Cubatão; Tenente Blader, representando o Coronel Nomura, do Comando de Policiamento Ambiental de São Paulo; Adroaldo Vasconcelos, Diretor do Departamento de Comércio e Indústria da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe; Rubens Alves de Brito, Diretor de Planejamento da Prefeitura de Cubatão e, enfim, aos demais representantes de órgãos públicos e de entidades civis, ONGs, ambientalistas e todos que vieram participar da audiência pública sobre a proposta de Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista. Esclareceu que possuía a função regulamentar de presidir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos de licenciamento no sistema de meio ambiente, projetos de zoneamento etc. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do objetivo do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada do projeto elaborado. Explicou que, imediatamente após, no segundo momento da audiência pública, a palavra é passada aos senhores do plenário, conforme uma ordem de inscrição estabelecida pelo próprio CONSEMA. Em primeiro lugar pronuncia-se o Ministério Público, com direito de até cinco minutos para cada representante. Na sequência, falam os representantes de entidades civis, com até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representem nem órgãos públicos nem entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, em até cinco minutos de fala; subsequentemente, falam os representantes do CONSEMA e dos CONDEMAS que se inscreveram, com direito também a cinco minutos cada um. Em seguida, acrescentou, a palavra é passada aos representantes do Poder Executivo e Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. No terceiro e último momento da audiência, explicou, ocorrem as réplicas de respostas e comentários, etapa na qual o coordenador do trabalho, assim como a pessoa que fez a apresentação mais detalhada da proposta, tem até 15 minutos cada para responder o que lhes tenham sido perguntado ou comentar o que entender pertinente. Por fim, aos conselheiros do CONSEMA são concedidos até 10 minutos para pronunciamento. Para composição da mesa, chamou a representante da área responsável pela proposta em discussão, a coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Nerea Massini. Passou-se à etapa em que se manifestam os responsáveis pela elaboração da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico, com apresentação da síntese de como o trabalho está configurado. Nerea Massini ofereceu o contexto do trabalho elaborado pelo Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista e explanou sobre os instrumentos normativos que serviram de base para construção da proposta, como a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Situou os setores costeiros do Estado e detalhou os instrumentos do Plano Estadual, com ênfase ao Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, que trata das normas disciplinadoras para ocupação do solo e uso dos recursos naturais. Ressaltou a forma integrada e participativa do processo de elaboração da proposta de ZEE e citou o Decreto Estadual nº 47.303/2002, que institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação, assim como a Resolução SMA nº126/2010, que designou um grupo de trabalho para o biênio 2010/2012. Apresentou uma tabela com todas as vinte e sete representações instituídas pela referida resolução, que compreende nove representações do segmento do Estado, nove dos Municípios e nove da sociedade civil. Na sequência, Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira, Secretário-Executivo do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista se pronunciou a respeito da proposta de ZEE. Luiz Roberto saudou os colegas do Grupo Setorial de Coordenação e agradeceu pelo companheirismo do coordenador Celso Garagnani e pelo comprometimento de todos durante o período de elaboração do trabalho nas quatorze reuniões de plenária, três reuniões da Comissão Especial e quase oitenta horas de encontros. Iniciou a apresentação pela caracterização da Região Metropolitana da Baixada Santista, oferecendo dados sobre a densidade populacional, nível educacional, oferta de emprego, grau de preservação da biodiversidade etc. Expôs gráficos que demonstravam projeções de investimentos na região, assim como os cenários previstos levando-se em consideração dois grandes vetores de desenvolvimento: aquele representados pela expansão do Porto de Santos e o outro pela exploração dos novos poços do pré-sal. Citou dados da Avaliação Ambiental Estratégica do Porto, Indústria Naval e *Offshore* – PINO, elaborado por um conjunto de Secretarias de Estado e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujo resultado foi objeto de deliberação no CONSEMA no início de 2011. Informou que o Grupo Setorial procurou trabalhar de forma a desenvolver um ZEE que servisse de ferramenta para o desenvolvimento da região, sem que esse pudesse prejudicar a biodiversidade, a paisagem, os serviços ambientais e a qualidade de vida da Baixada Santista. Retomou o processo de gerenciamento costeiro da região e apresentou uma linha do tempo a partir de 2009, ano em quem a proposta de ZEE apresentada ao CONSEMA não foi aprovada integralmente e destaques foram feitos para serem analisados por uma comissão especial. Explicou que, naquele mesmo ano, o Secretário de Meio Ambiente entendeu ser mais prudente analisar-se o trabalho executado pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA levando-se em conta os novos cenários que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

estavam se desenhando na região, e uma mensagem com sua decisão foi passada aos conselheiros. Lembrou que a CPLA retomou a condução do processo e, fazendo isso, trouxe-o de volta à condução do Grupo Setorial. Explicou sobre a proposta de ZEE que abrange dois documentos, sendo o primeiro a minuta de decreto e o segundo, um mapa. Esclareceu a divisão dos artigos no decreto e todas as tipologias de zona, da mais restritiva a mais permissiva, de modo a ilustrar suas características, diretrizes, usos e atividades permitidas, além das respectivas metas nas zonas terrestres e marinhas. Por fim, enfatizou que o ZEE é um instrumento de organização do uso econômico do território, o qual não poderia ser confundido com um documento de permissão do uso do solo, tendo em vista a existência de outras normas que abordam o tema. Reiterou que o ZEE não anula e não ignora nenhuma legislação existente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Sami Regina de Oliveira, representante da Associação de Moradores do Jardim Samambaia de Praia Grande, declarou estar preocupada com o desenvolvimento da sociedade e enfatizou a necessidade de se fazer uma política consciente. Pontuou o *déficit* de habitações para população e considerou a proposta apresentada pelos ambientalistas como radical, pois avalia que não pode haver um retrocesso do crescimento da região em prol de áreas a serem preservadas. Luiz José, coordenador do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, parabenizou a proposta do Grupo Setorial, pois pôde perceber o respeito com as leis ambientais. No entanto, demonstrou inquietação quanto a temas como expansão imobiliária, destinação final do lixo, índice de câncer e qualidade da água na Baixada Santista. Enfatizou seu discurso com a apresentação de uma matéria recente de jornal, que menciona a condição da água das torneiras da região, poluída com lama. Roberto Bleier, representante da Alnorte Ambiental, declarou que acompanha o gerenciamento costeiro desde 2000 e atualmente atua como membro do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte. Expôs sua apreensão quanto ao prazo de revisão do decreto de ZEE da Baixada Santista e comentou a respeito da dificuldade que o ZEE do Litoral Norte vem enfrentando para efetivar uma revisão do documento em prazo inferior a 10 anos, o que é consequência de divergências entre a legislação federal e estadual. Elogiou o processo participativo de construção do zoneamento, ressaltou o valor da manifestação da sociedade e alertou sobre a importância de distinção entre área de conservação e área de proteção. Dionísio Matheus de Andrade, representante da Rede Eco-Socialista Caiçara de Praia Grande, criticou a supressão de mangue por parte dos grandes empreendimentos e declarou entender que a lei não é aplicada da mesma forma para todos. Apresentou uma série de normas e citou o artigo 50 do Decreto Federal nº750, que estabelece as detenções para quem danifica ou destrói os ecossistemas. Citou também o entendimento que Iara Noveli, doutora do Departamento de Oceanografia da Universidade de São Paulo, tem sobre a caracterização de mague. Concluiu com questionamento a propósito da diferença de tratamento dado aos grandes empresários, que podem desmatar, com relação aos pequenos produtores, que não têm permissão para supressão de vegetação e construção de moradia. Odil Vasques, representante do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, parabenizou o grupo setorial pelo trabalho desenvolvido e declarou ser perigoso o prazo de revisão do ZEE vinculado ao período mínimo 10 anos. Nivaldo Almeida Pereira, representante da Sociedade Melhoramentos Costa Nunes de Cubatão, afirmou ser favorável à proposta de ZEE apresentada e considerou que o estudo foi elaborado por equipe competente e responsável. Citou o caso mencionado anteriormente na audiência, sobre as águas das torneiras terem saído com sujeira em domingo passado, e o classificou como atípico, pois entende que o ocorrido foi decorrente do alto índice de chuva na região. Osvaldo Delegado, representante da ONG Projeto Nossa Gente de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Cubatão, elogiou a audiência pública, por possibilitar a manifestação da sociedade e parabenizou a proposta de zoneamento. Fez uma ressalva quanto aos números apresentados sobre os empregos temporários que seriam gerados na região e manifestou-se contrariamente às oportunidades que eram criadas e, posteriormente, extintas. Solicitou atenção às necessidades de moradia da população de Cubatão atual e das gerações futuras. Ubiratan Ribeiro Maia, representante da Sociedade de Melhoramentos do Jardim Nova República de Cubatão, declarou ser favorável ao ZEE da Baixada Santista e parabenizou o trabalho dos representantes das prefeituras e secretarias de estado, além dos representantes eleitos da sociedade civil, que tiveram o papel de atuar em nome de diversas entidades. Afirmou ser contrário aos que acreditam que o trabalho apresentado não teve acompanhamento técnico e enfatizou o fato do estudo ter considerado todas as leis ambientais e planos diretores dos nove municípios. Ressaltou que o zoneamento aprovado não alteraria nenhuma lei em vigor, uma vez que todas as normas existentes seriam respeitadas no momento de aprovação de qualquer empreendimento. Comentou sobre os investimentos do governo estadual e federal no Projeto Serra do Mar e sobre os cidadãos que seriam beneficiados ao serem retirados das áreas de risco. Solicitou ao Governo do Estado que haja valorização da proposta de ZEE, pois em ocasião anterior os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente não respeitaram 17 itens que, de acordo com as prefeituras e sociedade civil, estão em conformidade. Tupi, representante do Coletivo Ipiranga de Bertiooga, declarou que o texto da minuta do decreto não faz nenhuma consideração ao mangue e ressaltou que o zoneamento prevê a utilização de tal ecossistema sem muito embasamento. Afirmou que no decreto também não houve consideração das zonas exclusivas para habitação de interesse social e entendeu que o processo não levou em conta a constituição estadual que trata de desenvolvimento urbano. Ponderou que o objetivo maior é construir uma sociedade democrática justa e solidária, fundamentada na erradicação da pobreza e na eliminação das desigualdades sociais. Clementino Trovão, representante da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo da Baixada Santista, fez um alerta ao grupo quanto ao tema relacionado a transportes, pois entende que a atenção passada ao setor industrial não é a mesma se comparada com ao setor de mobilidade urbana. Sugeriu alteração no trabalho de modo a haver a regulamentação da parte de hidrovias e também pediu atenção ao prazo de revisão do decreto, que deveria passar de dez para cinco anos. Sidnei Viviano dos Santos, representante da Associação dos Pescadores Artesanais do Canal de Santos, declarou que o trabalho deve ter mais fundamentação na questão que envolve as comunidades culturais da região metropolitana da Baixada Santista. Josias Cipriano da Silva, representante da Sociedade de Moradores da Cachoeira de Guarujá, afirmou que o zoneamento trata do crescimento econômico da Baixada Santista e é de grande interesse das empresas portuárias e de ramo imobiliário. Questionou as consequências de tal crescimento nas habitações sociais para população e na pesca para as comunidades tradicionais. Pontuou a necessidade de se fazer um amplo planejamento para regularização fundiária, envolvendo poder público, SPU e Ministério Público, de modo a evitar injustiças e a remoção de pessoas de seus lugares de origem. Fabrício Gandini, representante da Maramar de Santos, ressaltou a importância do zoneamento ambiental enquanto instrumento normativo e esclareceu que o mesmo não licenciaria nenhum empreendimento, citando o caso do zoneamento da cana-de-açúcar no Estado. Ponderou que a proposta apresentada foi construída por um grupo de 27 pessoas e que, em várias matérias ambientais, opôs-se quase que isoladamente por entender a importância da preservação do patrimônio material e a importância dos ecossistemas na geração de trabalho para as populações. Afirmou que é necessário fazer com que a ecologia limite a ação do poder econômico e exemplificou o caso do Porto de Santos, o qual pode ser mais eficiente e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

continuar crescendo por meio de inovação tecnológica. Elogiou a elaboração do zoneamento marinho, de caráter inovador como instrumento de ordenamento, e afirmou que gostaria de ver o mesmo mecanismo traduzido nos espaços terrestres. Paulo Harkot, representante do Observatório Oceanográfico de Santos, declarou inicialmente que acompanhava o Gerenciamento Costeiro desde 1985, e relatou sua experiência de mapear os diversos temas de macrozoneamento da zona costeira do Estado Rio Grande Sul. Relatou também sua experiência na construção do zoneamento costeiro do Estado da Paraíba, e informou que, quando trabalhou em Brasília, teve a oportunidade de atuar em quase todos os Estados litorâneos, informou ainda que, atualmente, desenvolve um trabalho para o Ministério do Meio Ambiente, precisamente uma avaliação do que aconteceu em termos de gerenciamento costeiro desde 1992 até hoje, atendendo às recomendações do Capítulo 17 da Agenda 21, que trata dos oceanos e das áreas costeiras – e esse trabalho tem o objetivo de verificar como evoluíram os instrumentos normativos e os resultados obtidos a partir do resultado das atividades desenvolvidas pelas comissões e pelo grupos de trabalho. Referiu a uma situação triste, vivenciada há vinte e quatro anos, por ocasião de um evento realizado no Hotel Enseada, quando se discutia o gerenciamento costeiro de uma região do Estado de São Paulo – pela qual passava um terço do PIB do mais rico Estado do país –, e isso com base em recursos paupérrimos, como fotocópias de mapas pregadas na parede e pintadas com lápis hidrocor. Declarou que, por este motivo, considerou um grande avanço, e que muito o surpreendeu, ter conhecimento de que nesse Estado já tenha sido implantado o SIB, e que se encontra em pleno funcionamento. Relatou que o PNCB surgiu em 1988, com uma abordagem de avaliação que verificasse como os sistemas conversavam entre si, de modo a manter e melhorar a produtividade das águas costeiras, que são os ambientes mais propícios e mais produtivos em termos de biodiversidade, decorrente de sua grande capacidade de geração de vida e de espécies. Expôs que o PNCB 2 perdeu essa característica, na medida em que se tornou um instrumento de organização do espaço urbano, o que se poderia constatar na área urbana em vermelho constante da imagem de satélite apresentada, pois ela não se refere a uma área absolutamente plana, dado que possui pequenos rios e uma série de microdegraus e de pequenos ambientes, os quais não aparecem nessa imagem, uma vez que ela mostra sua materialização como área urbanizada. Pontuou que o zoneamento costeiro, que é, na verdade, um zoneamento ecológico-econômico, deveria considerar essas pequenas unidades ambientais, dado que elas têm função, ou seja, não estão ali por acaso, mas são consequência de um processo de evolução geológica desses ambientes. Pontuou que essa é a primeira questão. A segunda, observou, dizia respeito à legislação, pois, como é dito, o aparato legal do país é restritivo em relação aos outros países, dado que surgiu imediatamente após a Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972, época em havia no Planeta apenas 3 bilhões de habitantes, uma série de fronteiras. A Amazônia e o Cerrado eram praticamente virgens e se desconheciam a forma como esses ambientes se relacionavam. Acrescentou que, passados trinta, quarenta anos, a população da Terra duplicou e já não existem fronteiras, tornando-se claro como o ecossistema e o ambiente se influenciam reciprocamente. Essas mudanças tornam esclarecem também que não basta respeitar a legislação e que é insuficiente se buscar a tal da sustentabilidade que muitas pessoas vendem. Enfatizou que esse processo tem de ser construído, tem de se avançar ainda mais na realização de instrumentos normativos direcionados para o desenvolvimento. Referiu à existência de um estudo de avaliação ecossistêmica, que atesta que boa parte dos serviços que sustentam a vida já entrou em colapso e que a previsão para 2050 é muito pior. Lembrou, que se esse cenário não for levado em conta e se o direcionamento do zoneamento for apenas econômico, que efetivamente é o critério que governa a vida do Município – e, aliás, a vida de todos nós –, tudo se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

tornará mais simples, mas entendia que não é isso que se desejava. Lembrou que a questão dos instrumentos era uma etapa importante que se estava concluindo, mas que se tinha de avançar um pouco mais, uma vez que não se encontram disponíveis as informações, embora se trate de uma região onde funcionam várias universidades. Ao concluir declarou acreditar que todos esses instrumentos que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro-PNGC preconiza como também o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro-PEGC serão implementados. Daniel Turi, vinculado à entidade ambientalista Ibiosfera Pedro de Toledo, declarou que participava do processo de elaboração do zoneamento há algum tempo, aproximadamente há quatro anos, tendo tomado parte de muitas discussões prévias e de muitas audiências públicas. Pontuou que não se deveria mais “travar” esse processo, dado que já se tratava de “um caroço que havia crescido há algum tempo na garganta das pessoas”. Declarou também que foram cometidos alguns enganos, porque todo homem erra, mas que, em contrapartida, se vivenciava um constante aprendizado. Portanto, observou, deve-se olhar e conceber esse primeiro zoneamento, não como uma obra prima, mas, sim, como um esboço, algo que poderá tornar-se algum dia mais desejado, uma vez que não é nada desejável a vida que se leva nessa região, uma vez que ainda existem dezenas de gargalos na Baixada Santista, pois, como foi colocado, se trata de uma região carente no que concerne a uma série de equipamentos de infra-estrutura, como saneamento, coleta de lixo, mobilidade urbana etc. Referiu como caótico o trânsito que se enfrentava diariamente nos Municípios de Bertioga, Guarujá, Santos e São Vicente, sem falar na época de temporada, cujo enfrentamento faz com que se fortaleça a crença de que o zoneamento dará certo e de que as pequenas distorções serão superadas com as revisões constantes que corrigirão e melhorarão o plano. Lembrou que, infelizmente, se verificava que não é assim que acaba acontecendo, porque as revisões tendem a conferir maior ênfase ao aspecto econômico, com exceção daquela que deu lugar à criação do Parque Estadual de Bertioga. Após essa mudança estrutural, acrescentou, tiveram lugar apenas mudanças pontuais, que transformaram muitas áreas que, enquadradas na categoria Z1, passaram para Z5, tal como é referido no mapa da região estuarina, através do qual se constatava ter havido significativos retrocessos em todos os Municípios, pois muitas áreas, antes classificadas como Z3, se tornaram Z1 ou Z2, e muitas outras com vegetação nativa foram classificadas como Z5 ou Z4. Enfim, lembrou, todos sabem que essas “recategorizações” atendem aos planos de desenvolvimento econômico e que é quase impossível segurar esse crescimento. Declarou que o mapa da Baixada Santista é o retrato dos 500 anos do Brasil, porque se trata de uma região que cresceu do modo como foi possível, vivenciou um ciclo que acabou, entrou em outro e que, atualmente, entra num outro que se está iniciando com as atividades de exploração do pré-sal. Enfatizou que não se sabe se esse zoneamento dará certo e, se der, como se desenvolverá. O que sabe, pontuou, é que se deve estar sempre atento, realizando revisões, sempre pavimentando o crescimento do modelo histórico, que se trata, nos últimos anos, de um mesmo modelo, e isso em decorrência do surgimento dos licenciamentos que dificultaram a expansão. Concluiu que a preocupação que tem – e que é ela que o torna ambientalista – é com o amanhã, porque hoje é difícil, mas amanhã nunca se sabe como será. Esclareceu que não concordava com o modelo que vem sendo fomentado, motivo por que se organizava e se mobilizava voluntariamente na busca de novos modelos e de novas propostas. Declarou que a principal crítica que faz a esse mapa são os planos diretores, porque se deveria pensar em um planejamento macrorregional, com os ecossistemas comunicando-se entre si, e isso não se vê no mapa. José Antônio Barbosa, representante da Associação dos Desempregados de Cubatão, declarou que os moradores de Cubatão ficaram muito chateados com o que aconteceu na cidade, porque, embora ela fosse milionária, existia em sua



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

população um grande número de desempregados. Observou que, embora o orçamento da cidade fosse da ordem de 1 bilhão de reais, mais de 40 milhões eram gastos com legendas, e a Administração Municipal não gerava empregos. Pontuou que, infelizmente, a Prefeita do Município de Cubatão foi de encontro à geração de empregos, e que, assim procedendo, virou as costas para os jovens da cidade. Declarou ainda que dava parabéns à equipe responsável pela elaboração do projeto de zoneamento, uma vez que ele previa investimentos para a cidade e para a região, e que deveria contemplar também o CEASA, e que essa reivindicação seria protocolada junto à Mesa de Trabalhos dessa audiência. Lembrou que até agora não foram tomadas quaisquer providências em relação a essa área, que só contava com dois ou três vigilantes, embora nela já tivesse se investido muito dinheiro. Pediu ao Governo Municipal que adotasse providências em relação ao que acontece nessa área, porque não tinha sentido que a população de uma cidade tão rica como Cubatão fosse tão pobre. Ao concluir declarou que os trabalhadores do Município de Cubatão e suas famílias não tinham oportunidade de trabalho, enquanto as pessoas de fora tinham. Sebastião Ribeiro Zumbi, representante da Associação Ambiental de Cubatão de Bem com o Mangue, observou que o manifestante que o antecedeu ofereceu uma série de informações que eram exatamente as que queria ouvir, e que percebia que sempre e aprende alguma coisa nas audiências, pois cada pessoa que se manifesta traz a sua história, o seu conhecimento de vida, e, acima de tudo, sua contribuição. Referiu que o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, que preside as audiências é um velho conhecido da cidade. Declarou que a discussão do zoneamento é um momento ideal que se estava vivendo, motivo por que achava importante dá a sua contribuição, não pensar só individualmente. Referiu que morava em uma área protegida, ou seja, numa área de preservação permanente, porque se tratava de mangue. Acrescentou que essa área foi invadida há mais de trinta anos, mas que ele continuava lá, cuidando de seu pedacinho, de seu quinhão como se dizia antigamente. Relatou que conseguiu essa área por intermédio Ministério Público do Meio Ambiente, ou seja, todos os órgãos ambientais do Município de Cubatão e da Baixada Santista ajudaram os moradores tradicionais a combater a invasão, e, em contrapartida, proteger e cuidar da área destinada a cada um. Relatou ter sido criada, inclusive, uma moeda chamada mangue, cuja serventia era exatamente incentivar as pessoas a preservarem o meio ambiente. Pontuou que fazia essa recorrência para mostrar que o meio ambiente não pertencia à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, não pertencia aos ecologistas, não pertencia aos ambientalistas, mas, sim, ao caranguejo, ao homem e à mulher, que tinham o dever, como estabelecia o Artigo 225 da Constituição Federal da República, de zelar pelo meio ambiente, de cuidar do meio ambiente. Argumentou que, se defendesse o contrário, ou seja, de defendesse os erros que se cometiam com o meio ambiente, automaticamente defendia sua extinção, ou seja, a extinção de todos os seres. Observou que, embora não tivesse conhecimento que lhe permitisse exprimir-se tecnicamente, tinha conhecimento de que a nossa casa, se cada cidadão não cuidar de sua casa, que é o seu Planeta, este terá pouca vida e, igualmente, sua comunidade também terá pouca vida. Enfatizou que sua sugestão é, desde já, manifestar-se favorável à aprovação desse projeto, principalmente no que diz respeito à questão da urbanização, uma vez que o zoneamento leva sempre em conta a parte terrestre, e, acrescentou, como se observa, as cidades estão-se tornando cada vez mais inchadas, porque sua infraestrutura não suporta as construções que estão sendo edificadas na região, atualmente, ou seja, não dá para conciliar as demandas que serão feitas por essas novas moradias com a infra-estrutura de que se dispõe. Em outras palavras, observou, não dá para conciliar desenvolvimento com a infraestrutura existente. Esclareceu que apelava para o bom senso, porque um erro não justificava outro, e que reiterava a sugestão de seu amigo Trovão.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Por fim, reiterou que era favorável à proposta de zoneamento ecológico-econômico que foi apresentado, e que Cubatão não era mais a cidade de vinte e cinco anos atrás, pois as indústrias eram atualmente parceiras. Danny Anderson Souto da Silva, representante da Associação Ecológica do Litoral Paulista, declarou que era favorável à proposta em discussão sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, uma vez que essa região precisava crescer mais para que possa atender às necessidades da população. Ao concluir declarou que essa proposta, além não desprezar o meio ambiente, favorecerá o desenvolvimento sustentável, motivo porque manifestava seu total apoio ao Grupo Setorial da Baixada Santista. Luis Carlos de Andrade, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município de Santos, declarou que igualmente aos que o antecederam, o sindicato que representa entende que, em primeiro se coloca o homem, em segundo lugar o homem e, em terceiro lugar o homem. Declarou entender que a área técnica em meio ambiente que vem debatendo esse projeto, entende que deve ser feita alguma coisa e que o bom senso deve imperar sempre em nossas relações, desde que não agrida o meio ambiente, e que, portanto, era favorável não só à implementação desse zoneamento, como também à realização da Copa do Mundo no Brasil e da transposição do Rio São Francisco, enfim, a tudo aquilo que é positivo para o homem e para o empreendedorismo, mas que este não deve conflitar com a preservação ambiental. Acari Germano Gaboti, representante da Associação dos Pescadores do Rio do Meio do Guarujá, declarou que compareceu à audiência para defender os interesses de sua classe, que são os armadores das embarcações acima de doze metros ou abaixo de quinze. Argumentou que esse projeto propõe que um cumprimento para as embarcações que as torna comercialmente inviáveis, situação esta que colegas diante da seguinte alternativa: ou encostam suas embarcações e as deixam apodrecer no estaleiro ou mudam a licença que é para sete barcos. Acrescentou que as embarcações sua e de seus colegas, do total das embarcações que trafegam no Rio do Meio, constituem um percentual entre 10 % e 15 % , e, no que concerne à quantidade de embarcações existentes em toda a Baixada Santista, perfazem um percentual de 10% a 15%. Concluiu afirmando que, para superar essa situação, aguarda uma orientação daqueles que fazem parte do Grupo Setorial. Condesmar Fernandes de Oliveira, representante da Rede Caiçara Eco-Socialista do Litoral Paulista, teceu as considerações que passam a ser registradas. Em primeiro lugar, que era contrário a essa proposta de zoneamento, e que ele mesmo constituía um histórico da discussão a respeito desse instrumento. Lembrou que, na audiência realizada na cidade de Guarujá, relatou ter sido uma das pessoas que redigiu, juntamente com Martinus Filet, a primeira proposta de gerenciamento costeiro para a Baixada Santista e que negociou sua aprovação pela Assembléia Legislativa. Reiterou que se posicionava contrariamente à aprovação dessa proposta, no que concerne às questões ambientais e sociais. Enfatizou que, diferentemente do representante da Associação dos Pescadores do Rio do Meio – Guarujá, era contrário à visão antropocêntrica por ele defendida ao colocar em primeiro lugar o homem, em segundo lugar o homem e, em terceiro lugar, o homem e, depois, o resto. Lembrou que o homem também se divide entre aqueles que são ricos e aqueles que são pobres, e que não via nessa proposta nenhuma preocupação com os últimos, uma vez que ela não contemplava quais áreas seriam destinadas para a habitação popular nesta proposta, e, mais que isso, em nenhum momento do processo de elaboração desse zoneamento, a questão da habitação popular foi discutida pelos empresários que fazem parte do CIESP ou do ACECOB nem pelos representantes dos órgãos municipais. Enfatizou que, na verdade, se falou de congelamento dos bairros-cota, congelamento de tal área, cuja finalidade última é retirar toda população do bairro da Água Fria de Cubatão, mas a moradia e a contaminação ambiental, principalmente a contaminação química, não têm importância.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Argumentou que ninguém nunca solicitou o congelamento do parque industrial de Cubatão e do Porto de Santos. Argumentou que não só a população pobre ocupou irregularmente as beiras e as margens dos mangues, pois nessas mesmas áreas algumas indústrias se instalaram, o que também é irregular, motivo que leva o Serviço do Patrimônio da União a tentar regularizar. Por essa razão, observou, não acredita que se esteja preocupado com o homem. Pontuou que, na área do estuário, segundo o Greenpeace, encontra-se 1 bilhão de toneladas de produtos químicos, e que, se o Brasil fosse um país realmente sério, essa área estaria interditada. Lembrou que um dos manifestantes argumentou que o zoneamento marinho avançou, mas não se leva a sério a contaminação dos peixes, que leva ao surgimento de sérios problemas de saúde pública. Argumentou que cerca de 20 mil pessoas se alimentam de peixe contaminado, e não é à toa que essa região ostente um dos maiores índices do país de incidência de câncer. Observou que, portanto, tem razão de ser sua preocupação sobre a continuação da atividade pesqueira, e essa preocupação não estava contemplada na proposta. Comentou que lutou contrariamente à instalação da termoeletrica em Cubatão, que, planejada para produzir 950 megawatt, baixou pra 210, e que, atualmente, está produzindo menor quantidade ainda. No entanto, observou, as emissões de óxido de nitrogênio estavam batendo recorde e essa poluição era exportada para toda região, ela não permanecia somente no Município de Cubatão, pois ia para Santos, Guarujá, Praia Grande, ou seja, espalhava-se por toda a atmosfera. Argumentou também que, nos Estados Unidos, é feito o planejamento aéreo, são criadas bacias aéreas, atmosféricas, e elas são utilizadas pelo planejamento, o que não acontecia no Brasil, embora a lei federal propugnasse todo o tipo de zoneamento: terrestre, aquático, aéreo etc. Também essa questão deveria ser contemplada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, tal como se planejava no início de sua discussão na década de 80. Argumentou que, portanto, essa proposta não contemplava essas questões e muitas outras que o tempo não lhe permitia abordar. Enfatizou ser necessário que essa proposta contemplasse a questão da habitação popular, e que, para tanto, existe a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano–CDHU, que deveria destinar áreas para habitação popular, e não favorecer que essa população se instale nos manguezais ou nas restingas, ou retirá-la do bairro da Água Fria. Lembrou ter sido alterada a legislação sobre a Represa Billings, para que se afaste o esgoto desse manancial, e que procedimento idêntico poderia ser adotado no bairro da Água Fria, em Cubatão, pois se tratava de um bairro inteiro. Pontuou que, quando se elaborou e discutiu o EIA/RIMA da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, se previu que o Horto Florestal ficaria dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, nós pensamos isso, mas agora se decidiu que ele vem para fora e que toda a população será dele retirada, o que o levava a perguntar se é dada ou não prioridade ao homem. José Santos Silva Junior, representante da ADDUSP de Cubatão e Baixada Santista, leu na íntegra o documento que passa a ser transcrito: “A Secretaria de Estado do Meio Ambiente–SMA e o Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA referenciam a proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, e a ADDUSP respeitosamente manifesta-se favoravelmente a essa proposta, por entender que ela atende aos anseios da sociedade civil organizada da Baixada Santista. Acreditava que se devesse modificar o prazo para implementação da proposta, e que fazia voto de que a análise dos órgãos respeitasse a vontade manifesta pela maioria das pessoas que se manifestaram nas audiências públicas levadas a efeito nos dias 07 e 10 últimos, respectivamente em Mongaguá e no Guarujá, e hoje, dia 17, aqui em Cubatão. Lembrava que a sociedade civil representada no Grupo Setorial da Baixada Santista, que são os mesmo eleitos para o Fórum da Sociedade Civil, é composta por centenas de entidades cadastradas no Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, especificamente no Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, do qual a ADDUSP fazia



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

parte com voz e voto. Desta forma, o documento elaborado com o aval implícito e explícito das entidades da sociedade civil contou com sua representação durante os processos de discussão, elaboração e conclusão. Estranhava-se a manifestação de determinada entidade na audiência pública do Guarujá, uma manifestação escrita que tentava pôr em causa todo um trabalho organizado com qualidade e método, sem propor qualquer contributo, pontualmente ou em alguns itens, e não ser esse o entendimento da maioria das entidades da sociedade civil da Baixada Santista. Respeitava-se a decisão da sociedade civil organizada da Baixada Santista. Cubatão 17 de novembro de 2011. Assinado: José Santos Silva Júnior”. Declarou, em seguida, que se tratava mais de um desagravo, porque o manifestante que o havia antecedido desmereceu e até desrespeitou o trabalho feito com denodo por um grupo que contava também com a sociedade civil e do qual esse manifestante não participou nem se apresentou para participar nem tampouco esteve no Fórum da Sociedade Civil, mas agora se arvorava e desmerecia uma proposta que foi feita. Acrescentou que o Senhor Condesmar é conhecido, é figurinha carimbada na Baixada Santista, vinculado ao grupo do saudoso Osvaldo Justus Luzia, a turma do contra, e também do grupo do saudoso Ubirajara Pinheiro Machado. Trata-se de carcarás. Declarou que encerra sua manifestação apenas para entregar e deixar lavrado o seu protesto contra a atitude de um único membro de uma única entidade qualquer que desmerecia a posição das demais entidades da sociedade civil da Baixada Santista e que se arvorava no direito de desqualificar o trabalho realizado. Mariê Murakami, representante da Agenda 21 de Bertioga, inicialmente elogiou o debate livre e democrático que estava sendo travado entre as pessoas favoráveis ao desenvolvimento econômico e os defensores da vida. Declarou que existem várias forças na sociedade, entre elas aquelas ligadas ao desenvolvimento econômico e outras ligadas às questões relacionadas com a vida, com a saúde e com a alegria. Pontuou que existem na sociedade leis ambientais e urbanísticas, que levam a que todas as vontades se equilibrem para que se possa viver de certa forma em harmonia. Acrescentou que se percebe, não só nessa cidade como em outras, que a velocidade do desenvolvimento econômico é tão rápida que nenhum Governo tinha capacidade para acompanhá-las. Declarou que essa velocidade contribui para o surgimento de problemas básicos de infra-estrutura, como saúde, educação e habitação. Enfatizou que compreendia, em seu nível simplório de conhecimento, que o Governo tinha condições para controlar o bem estar de todos, utilizando leis como ferramentas para proteger os mais frágeis. Acrescentou que se atrevia a falar de Bertioga. Mostrou uma mancha que chamou de majoritariamente vermelha, que, anteriormente, fora dividida em dez cores, cada “corzinha” representando uma restrição de uso, de forma a proteger o patrimônio histórico-cultural, o meio ambiente, o turismo, o pequeno comércio etc. Referiu que, no interior dessa mancha, se encontram os trinta e um núcleos de habitação de interesse social, que há anos aguardam do Governo a regularização de quase 1 mil 210 unidades para Bertioga, que abrigarão 5 mil pessoas aproximadamente. Solicitou informações sobre a Estrada Rio-Santos, Caiubura e Sítio São João, precisamente sobre a flexibilidade dos valores da legislação, a ponto de o Governo entregar 1 mil e 210 moradias aos denominados invasores, porque, de certa forma, eles exercem uma pressão sobre a Serra do Mar e o parque que se propõe seja criado em seu interior. Argumentou que proposta semelhante fora encaminhada pela indústria, o que não compreendia. Comentou que os movimentos sociais vinham há dez ou onze anos lutando por uma “leizinha”, com a finalidade de tirar o uso da terra da especulação imobiliária para que ela exerça sua função social. Lembrou que o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor são instrumentos difíceis de serem implementados. Lembrou que o Estatuto da Cidade previa a revisão do Plano Diretor, no mínimo, a cada dez anos, motivo por que perguntava em que lei, em que plano diretor, se baseou esse zoneamento. Jasper Lopes,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

representante da Entidade Verde América Praia Grande, perguntou em que Planeta estava, embora soubesse que era no Planeta Terra, e que, aparentemente, existe apenas um Planeta Terra no nosso Sistema Solar, e que a gente sabia também que o Planeta estava sofrendo uma grande crise ambiental. Acrescentou que sobre isso havia consenso mundial. Argumentou que a Organização das Nações Unidas–ONU, que reúne países de todos os continentes, faz um esforço enorme para deter a grande depredação em curso no meio ambiente. Enfatizou que, nessa crise ambiental, a bomba climática já explodiu e estava afetando a região, não somente no que concernia às chuvas, mas, também, à poluição, às pragas endêmicas que permanentemente ocorriam na Baixada Santista. Comentou que muitas pessoas relutavam em participar das discussões promovidas pela sociedade civil organizada da Baixada Santista e que poderia citar, no mínimo, dez sindicatos da região que tinham opinião bastante distinta e que estariam se organizando com as entidades estudantis e com os ambientalistas. Referiu que a sociedade civil poderia organizar-se contrariamente à implantação do porto de Peruíbe, da Represa de Tijuco Alto de responsabilidade de Antônio Ermírio de Moraes, que eram novas formas de atuar na sociedade, como se via atualmente, através da internet, acontecer na Grécia, na Espanha, na Avenida Paulista e em Brasília. Acrescentou que as pessoas às vezes não tinham tempo para participar das audiências públicas, mas alguns poucos faziam esforço para comparecer, como essa audiência demonstrava, e que não restava dúvida de que isso exigia deles grande sacrifício. Observou que era importante que a sociedade soubesse o que estava acontecendo, que tomasse conhecimento, por exemplo, das mudanças que estavam sendo propostas no Código Florestal e da votação delas na Câmara dos Deputados e no Congresso. Observou que se deveria ter sensibilidade. Pontuou que se esperava realmente que o bom senso imperasse nesse novo zoneamento, que respeitasse as áreas indígenas, porque algumas delas enfrentaram problemas com uma mineradora na Aldeia do Rio Branco, que também estava poluindo e afetando os manguezais. Enfatizou que, atualmente, a ecologia não era mais uma questão só classe média – que a tratava sob a forma idílica –, mas uma questão séria. Afirmou que a população estava ampliando sua consciência e que existia, também, no Brasil uma rede de justiça ambiental. Acrescentou que atualmente os povos que viviam mais na periferia eram os mais afetados pelos desastres, e que esses povos levavam mais tempo para tomar consciência, porque, no seu dia a dia, tinham de ganhar a vida e sobreviver. Acrescentou que, apesar dessas dificuldades, a sociedade reagiria negativamente se o que for aprovado hoje não for do interesse geral. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Cassandra Roberta Domingues de Oliveira declarou que, como cidadã de Praia Grande, se sentia contemplada nas manifestações que antecederam à sua. Declarou também que acreditava no ser humano, que defendia a vida em todos os âmbitos, mas não havia vida sem a Natureza. Enfatizou que era contrária ao desmatamento desordenado, sem uma diretriz que norteasse como e onde podem ser construídas as moradias, e que, se ele continua na velocidade em que vem sendo praticado, trará conseqüências sérias, como o surgimento de favelas, que não contam com a infraestrutura de saneamento. Em Praia Grande, comentou, as pessoas continuarão invadindo áreas, e os acessos ao Município pouco a pouco foram sendo ocupados. Referiu também ao grande número de pessoas que se deslocavam para o litoral quando se aposentavam e àquelas que também migravam de Santos para São Vicente. Observou que existiam atualmente em Praia Grande bairros cuja população era da ordem de 65 mil moradores e que se previa que ela aumentará para mais de 100 mil, porque só nesses bairros havia 24 mil lotes e, em cada lote, poderiam ser construídas duas residências, o que levará a população desses bairros localizados em um trecho pequeno perto do aeroporto a alcançar 165 ou 170 mil habitantes. Argumentou que a população de Praia Grande



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

aumentou, em menos de dez anos, de 160 para 260 mil habitantes, e que a estimativa é que chegue a 700 mil em 2017. Argumentou que nenhuma medida poderia congelar esse crescimento, impedindo que as pessoas se deslocassem para o litoral. Observou que não se pensava no meio ambiente juntamente com o crescimento sustentável e consciente. Marília Marques Nunes declarou que era contrária à proposta de zoneamento porque ela atendia apenas aos interesses das empresas privadas. Comentou que esse zoneamento não atendia às populações de baixa renda, pois não se constroem habitações populares, motivo porque os membros da sociedade civil organizada deveriam cada vez mais participar de debates como esse que ora ocorria. Jan Rieswick declarou ter ouvido muitas opiniões e pretendia acrescentar mais duas. A primeira dizia respeito ao prazo de dez anos para a revisão do zoneamento, que é muito longo, pois significava muito tempo quando se tratava de acompanhar a evolução do que ocorria no Brasil; a segunda, por sua vez, reportava ao grupo composto por vinte e sete pessoas, muitas das quais se apoderaram da bandeira da ecologia, da Natureza, mas que também engolia muitas coisas que vinham dos Estados Unidos, como era o caso do uso de siglas, como Greenpeace, WWF e outras. Perguntou onde se encontravam aqueles que defendiam a mata atlântica. Referiu-se ao sofrimento dos caiçaras que há trinta anos viviam na Juréia, execrados, morrendo, se suicidando, sem condições de sobrevivência, por falta de planejamento por parte do Estado. Enfatizou que não se podia apreciar planos como se examinasse o próprio umbigo. A Baixada Santista, argumentou, e o petróleo são, sim, realidades. Acrescentou que a Baixada Santista tem uma missão bem além do que se está discutindo, e que essa região atualmente tinha responsabilidade com o Estado de São Paulo, com o Brasil e com todos os brasileiros. Reivindicou o patriotismo necessário para avaliar o que significava o pré-sal, o que significavam essas áreas verdes para o futuro do Brasil, das crianças, da região como um todo, e que não se podia enxergar apenas um lado do problema. Enfatizou que não se podia perder o foco do geral, e que este era o ponto em que pretendia chegar. Lembrou que todos os técnicos contribuíram com todo seu conhecimento, cada um na sua área, e que, agora, a partir do momento em que se afunilava a discussão, perdia-se a visão do global e o global é Brasil. Téo Baleeiro comentou que o grupo setorial era formado por vinte e sete organizações, instituições, prefeituras, associações, de modo que todos os cidadãos encontravam-se representados nessa instância. Relatou que ingressou na discussão sobre o zoneamento em 1999, quando tinha apenas 22 anos. Narrou ter sido presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Paúba e interessado na qualidade da água do mar, porque pegava onda. Referiu que as pessoas realmente se engajavam nesse tipo de trabalho porque se identificavam com os recursos naturais. Relatou que, em 1999, foi presidente da Federação Pró Costa Atlântica, que reunia dezoito associações de bairro, entre as quais Boracéia e Barequeçaba, em São Sebastião, e outras. Nessa ocasião, relatou, acompanhou o processo de urbanização do litoral, isto é, de Barra do Saí, Maresias, Barra do Una, Paúba, Boiçucanga, e que esse processo surgiu com a idéia da construção da segunda residência, juntamente com novos fluxos também econômicos. Lembrou que São Sebastião tinha uma economia também ligada à questão portuária e ao petróleo. Referiu ter sido com muito engajamento e envolvimento que participou do grupo setorial que fez o decreto 49.415, o qual foi aprovado, e que não só testemunhou como até mesmo, foi vítima desse processo, uma vez que na sociedade civil organizada batalhou pelas propostas do segmento ambientalista e, coincidentemente, esse decreto foi aprovado dia 6 de dezembro de 2004 e, em 2005, ele passou a trabalhar na Secretaria de Meio Ambiente para fazer licenciamento, exercendo as funções de Secretário do Meio Ambiente. Relatou que passou a licenciar aquilo que foi aprovado pelo grupo. Referiu que se tratava de um processo muito rico e que ele sentia falta de indicadores que lhe permitissem avaliar os resultados.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Argumentou que hoje se tinha à disposição outros instrumentos, sistemas de informação, monitoramento e controle, mas eram necessários indicadores para avaliar se o zoneamento marinho estava realmente melhorando os estoques pesqueiros, se o licenciamento ambiental estava conferindo qualidade e criando condições para uma maior integração com a aplicação do zoneamento ecológico-econômico. Afirmou que acreditava no processo de construção, no fortalecimento e integração das políticas públicas, e isso se respaldava no seguinte fato: a partir de 2004 foram aprovadas as legislações relacionadas com a mata atlântica; o Decreto 5300 sobre o gerenciamento costeiro; a que instituiu o Parque Estadual da Restinga, que funcionava como diretriz e indicação muito forte para aqueles empreendedores que pensavam e pensam em realizar investimentos no Município, e que são obrigados, induzidos e sensibilizados a integrarem seus projetos nas políticas públicas em andamento. Reiterou que esse processo participativo existente no âmbito do grupo setorial possui uma série de outros elementos agregados que não se consegue enxergar, mas que, certamente, contêm elementos que fortalecem as instituições e o processo institucional. Declarou que muitos podem discordar, mas é melhor discutir do que assistir a todas essas legislações descenderem do gabinete, prontas, como aconteceu, por exemplo, até 2004, quando as leis de uso e ocupação do solo eram feitas pelos vereadores, muitas vezes em regime de urgência, e aprovadas no dia seguinte. Declarou que achava importante essa evolução, essa estruturação do sistema e o fato de os projetos de licenciamento hoje se integrarem às políticas públicas que oferecem diretrizes e indicadores de qualidade ambiental muito claros. Asseverou que o gerenciamento costeiro é um instrumento muito eficaz para o licenciamento ambiental e que fortalece o planejamento das prefeituras, cabendo, portanto, à sociedade civil organizada contribuir com a definição dos rumos do ordenamento territorial e da qualidade de vida do litoral. Asseverou ainda que possuía visão positiva e otimista. Argumentou que se estava crescendo como sociedade, não só como sociedade civil organizada, mas como sociedade em seu todo. Rodolfo de Moraes declarou que pertencia à área técnica e esta era a terceira audiência da qual participava. Declarou que não morava no litoral e que, portanto, tentaria transmitir o olhar das pessoas que viviam no Alto da Serra. Comentou que esta população lembrava-se da que vivia no Litoral só por ocasião dos feriados e dos finais de semana, quando para aqui descia e reclamava da fila, do bairro-cota, da favela, das pessoas que moravam nos mangues, estragando “meu caranguejo”, do arrastão que ocorria na praia etc. Referiu que lá em cima viviam 13 milhões de pessoas que só se lembravam da população litorânea na hora que descia a serra por ocasião dos feriados. Acrescentou que nesse momento ocorria uma segunda onda de industrialização gigantesca, muito maior do que aquela que ocorreu na época da Rodovia Anchieta, quando surgiram os bairros-cotas, o que tornava necessária a implementação no litoral de projeto de moradia popular, caso contrário, daqui a dez anos, a população que aqui morava reclamará que tudo virou favela, e que é preciso remover essa população. Lembrou que, para que não surgissem favelas com a onda de pessoas que virão instalar-se no Litoral, é preciso que algo seja feito. Lembrou que inúmeros paulistas atualmente estão-se especializando em petróleo e virão para aqui em busca de emprego. Referiu que se vivia no Brasil e que não pregava a segregação, mas que não ouvia ninguém falar durante essas três audiências que todo esse recurso que estava sendo gerado não faria prescindir-se dos cuidados com o meio ambiente. A este, argumentou, deveriam ser dispensados cuidados, e, além disso, deveriam ser planejadas as moradias, capacitados os caixas, que não fazem jus à alcunha de eternos preguiçosos. Passou-se à etapa em que se manifestavam os representantes dos órgãos públicos Márcio José Alvim do Nascimento, vinculado à FUNAI de Bertioga e de São Paulo, comentou inicialmente que todo o zoneamento foi trabalhado em cima das legislações vigentes e os



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

instrumentos legais criados pelo Poder Executivo, o que também deveria acontecer com as terras indígenas localizadas na divisa do Município de São Sebastião com Bertioga e classificadas como Z5. Argumentou que a FUNAI concluiu a demarcação dessa área e determinou também que o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista levasse em consideração que, nas terras indígenas, mesmo tratando-se de áreas de preservação, fosse implementada política pública de saneamento básico, principalmente de água e esgoto, de modo a atender a essas comunidades. Pontuou que idêntica recomendação é dada pelo Estado de São Paulo no que concernia às políticas públicas de saneamento levadas a cabo pela SABESP, para que também contemplassem as terras indígenas, precisamente àquelas que se localizavam ao longo de todo o litoral – inclusive Mongaguá e Peruíbe – até o Vale do Ribeira. Observou que a FUNAI e as comunidades indígenas não abrirão mão de discutir todos os empreendimentos que serão implantados no entorno dessas terras e que venham, de uma maneira ou de outra, a afetar a vida dessas comunidades. Portanto, argumentou, para implantação de qualquer plano ou projeto no entorno das terras indígenas, devem ser consultadas as comunidades indígenas, ou seja, deve ouvir-se seu posicionamento. Lembrou que essa consulta não significava que as comunidades indígenas atrasam o desenvolvimento, mas, pelo contrário, podem tornar-se leais parceiras no desenvolvimento de várias atividades, inclusive do ecoturismo. Observou que se poderia traçar um paralelo entre nossa preocupação de gerir os destinos do território do litoral e a das comunidades indígenas, que se preocupam em gerenciar o seu território. Carlos Vicente Mensigem, vinculado ao Setor de Engenharia da Prefeitura do Município de Praia Grande, comentou inicialmente que o plano, tal como se apreendia das discussões, estava bem feito, até mais permissível do que se esperava no que dizia respeito às atividades antrópicas. No entanto, observou, persistia uma dúvida que dizia respeito à mancha da expansão urbana, que entendia resultar apenas de uma ordenação. Pontuou que se perguntava como se distinguia essa ordenação das leis atuais, pois não conseguia separar essa ordenação das leis atuais, até mesmo porque a dualidade entre a ordenação e as leis criava certa ambigüidade porque, ao mesmo tempo que era permitida a realização de determinada atividade em uma área, ela era proibida do ponto de vista da ordenação. Acrescentou: pede-se permissão para construir uma rua, é dada permissão para construção dos lotes, mas, caso sua implantação exigir supressão de vegetação, as coisas se complicavam. Asseverou que, desse modo se voltará à situação existente em 1500, quando tudo era vegetação. Referiu que há uma parafernália de leis, decretos e resoluções que cria uma confusão para as próprias pessoas que licenciam, pois elas temem a investigação por parte do Ministério Público e acabam fazendo exigências descabidas. Enfatizou que essa situação tem de ser resolvida urgentemente. Passou-se às manifestações do Poder Executivo. José Marcelo Ferreira Marques, Secretário da Habitação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Bertioga, comentou ter tido a oportunidade de discutir o gerenciamento costeiro desde o início, que já esteve dos três lados do balcão, ou seja, já representou a sociedade civil, o Estado, através da Secretaria de Estado da Habitação, e que atualmente representava o Município de Bertioga. Afirmou que tinha a impressão de que algumas pessoas ou não leram os documentos ou não tinham conhecimento suficiente do que estava acontecendo ao seu redor. Referiu à manifestação feita pelo ambientalista Condesmar Fernandes de Oliveira, que colocou a questão dos bairros-cota, mas que ele, manifestante, como havia trabalhado intensamente, durante seis anos e meio, na implantação do Programa de Recuperação Sócioambiental da Serra do Mar, sabia que parte das cotas 100 e 200 foram desafetadas no passado e que a área de Água Fria e Pilões entrou como contrapartida e passou a fazer parte de Praia Grande, da Serra do Mar e do Parque Estadual da Serra do Mar. Observou que as pessoas não tinham conhecimento e ficavam fazendo discurso bonito,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

porém sem nenhuma base, e confundindo as pessoas. Argumentou que o Programa de Recuperação Sócioambiental da Serra do Mar é um dos maiores que se encontram em andamento e que sua modelagem prevê a remoção das famílias, exceto daquelas que estavam nas áreas que foram desafetadas e que não apresentavam risco geotécnico e geológico, não se localizavam nem na beira de rios nem embaixo das pistas, porque poderia acontecer um acidente com cargas perigosas e afetar essas residências. Enfatizou que, no programa que o Estado vinha desenvolvendo há quatro anos, a comunidade de Bertioga tinha discutido intensamente esse programa, que participou de várias reuniões a seu respeito quando exerceu as funções de gerente, e que ficava abismado como as pessoas ainda não tinham conhecimento adequado a esse respeito. Declarou que estava residindo há algum tempo em Bertioga, que as áreas apresentadas no mapa inicialmente se subdividiam em dezesseis cores e, atualmente, em quase trinta. Referiu aos seguintes fatos: de o Plano Diretor de Bertioga ter sido elaborado em 1998; de não ter participado desse processo; e de esse plano ter sido discutido apenas pela comunidade de Bertioga. Relatou que ele passou por uma revisão em 2006, que não foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, e que, por isso, até hoje ele continuava desatualizado, mas que seria objeto de nova revisão e de discussão em audiências públicas e em reuniões da comunidade, após o que deverá ser encaminhado novamente à Câmara de Vereadores, e que esperava que, dessa vez, fosse aprovado. Comentou que a sabedoria popular diz que, quando se envelhece, se tem muita história para contar, o que lhe acontecia, pois estava um pouquinho velho e já vivenciou muitas experiências, entre as quais a de presenciar vereadores apresentando emendas para criar dificuldades. Referiu que cena semelhante observou no processo de elaboração de planos diretores, mas que essas lembranças diziam respeito ao passado. Observou que, inspirando-se em Teo Baleeiro, asseverava a grande questão que se colocava agora, ao final da elaboração e discussão da proposta sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, qual seja, “ter o mapa pintado”, como se diz, ou seja, voltar-se agora para os planos de ação e de gestão. Referiu que esse mapa era ótimo, embora pudesse não ser o melhor, no entanto era preciso ter em mente que o ótimo é inimigo do bom. Relatou que costumava dizer que se perseguia o bom o tempo inteiro, o que concorreu para que se ficasse de quinze a vinte anos discutindo o mapa enquanto uma série de incidentes aconteciam, alguns dos quais muito ruins e que poderiam ser evitados. Declarou esperar que o zoneamento fosse aprovado e que se pudesse começar a elaborar os planos de ação e de gestão, que poderão ser melhorados com novas discussões e futuras revisões. Deu parabéns ao Grupo Setorial, especialmente ao técnico Luiz Roberto. Relatou que as reuniões de fechamento foram intensas e exigiu muito de toda a equipe, das quais todos participaram dando o melhor de si. Ao concluir declarou que, em nome do Prefeito do Município de Bertioga, apresentava essa proposta, que dizia respeito somente à alteração do zoneamento, que será apresentada e analisada pelo grupo nas reuniões futuras. Rui Santos, Vice-Prefeito do Município de Itanhaém, declarou inicialmente que escutou com atenção todas as manifestações e percebeu que ainda persiste falta de entendimento em relação a esse macro instrumento de planejamento, que é o gerenciamento costeiro econômico e ecológico, instrumento macro de planejamento que determinava quais áreas eram de expansão e quais de preservação. Referiu que muitas pessoas e entidades confundiam as ações que eram próprias da Prefeitura e as dos planos diretores municipais, que não eram objeto de discussão nesse momento, mas que determinavam onde se podia implantar uma indústria e onde não se podia. Em outras palavras, observou, não estavam sendo discutidos os problemas locais de cada cidade, mas, mesmo assim, o trabalho realizado pelo Grupo Setorial do Zoneamento Ecológico-Econômico possuía enorme importância. Referiu que o Estado de São Paulo estava de parabéns, por ser talvez o único do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

país que elaborou dois planos de gerenciamento costeiro. Argumentou que, em decorrência da implementação da Agenda-21, o Estado de São Paulo saiu à frente e conseguiu, com toda a dificuldade, determinar que a revisão não fosse feita daqui a dez anos, mas, sim, daqui a cinco anos, mesmo que fosse para discutir o que acontecerá com o advento do pré-sal. Declarou que falava também em nome de algumas entidades de Itanhaém e que os pleitos e sugestões por elas feitas foram protocolados e as primeiras folhas assinadas pelos membros dessas entidades e as demais, pela população em geral. Acrescentou que esses documentos continham os pleitos e que se pedia que o Grupo Setorial os analisasse com muita sensibilidade. Comentou em detalhes cada um dos pleitos, que, entre outros aspectos, se referiam: a mudanças em áreas de preservação ambiental e de expansão urbana; às estradas vicinais e à implementação nelas de infra-estrutura, como, por exemplo, pavimentação; à área em que será implantado o Loteamento Sibratel já previsto pelo plano diretor e já consolidado, para que ela se torne zona urbana; à área que se limita, de um lado, com Peruíbe, e, do outro, com a rodovia e onde alguns loteamentos já se encontram implantados e consolidados, se pedia que ela passasse a ser de expansão urbana ou de expansão urbana especial; à possibilidade de se atender aos interesses de alguns empresários e tornar zona de negócios especiais a área localizada de frente para a rodovia, que era destinada a um empreendimento turístico e que possui 4 milhões de m<sup>2</sup>, porque esta seria a chance de Itanhaém e do Litoral Sul melhorar o Índice de Desenvolvimento Urbano-IDH de parte da população com a geração de emprego e renda; às áreas coloridas em lilás, ou seja, à possibilidade de tornar áreas de implementação agrícola aquelas que estavam totalmente fechadas em cotas e um pouco mais elevadas. Após isso referiu que era um Município com ocupação quase toda horizontal e quase todas eram residenciais, havendo muito poucos prédios e muita área verde em seu entorno. Referiu também que a cidade se tornaria muito travada com a possibilidade de um crescimento e, sobretudo, de geração de emprego e renda, que é a grande esperança que se tem com o advento do pré-sal e o crescimento econômico que vem para a região. Ao concluir declarou que queria sensibilizar o grupo setorial para que analisasse essas propostas com carinho, e que se destinassem 20% para a expansão urbana, e não apenas 14%. Passou-se à etapa das réplicas. Neréa Massini, Coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, agradeceu a participação de todos. Observou que, infelizmente, muitos dos que se manifestaram não se ausentaram, e isso demonstrava o forte interesse da sociedade da Baixada Santista em discutir essa proposta, para trazer sua colaboração. Pontuou que o Grupo Setorial de Coordenação já tinha agendadas duas reuniões para esta e para a próxima semana com o intuito exatamente de avaliar todas essas manifestações e examinar a possibilidade de serem ou não atendidas ou integralmente ou com modificações. Afirmou que, no final do mês, a proposta será examinada pelo Grupo de Coordenação Estadual. Ao finalizar, declarou que considerou muito profícuo esse trabalho, que o grupo se esforçou muito, trabalhou bastante e que considerava o produto final bastante satisfatório, e que, com certeza, a Baixada Santista terá uma diretriz para o seu zoneamento. Luiz Roberto Numa de Oliveira agradeceu a participação de todos e o esforço que fizeram para compreender a proposta, para apresentar sugestões, dúvidas e críticas, todas elas legítimas, inobstante sua concordância ou não com elas. Pontuou que não se estava fazendo nenhuma compilação de planos diretores nem de legislação ambiental nem mapeando a Baixada Santista, mas, sim, demonstrando que os grandes vetores econômicos estavam agrupados e revistos seus locais de atuação. Asseverou que é muito importante que o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista seja um dos instrumentos de políticas públicas que incidem nessa região, não é a bala de prata, nem para o bem nem para o mal, mas, sim, uma política pública que se articulava com outras políticas que dela se alimentam no



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

seu processo de elaboração, e que, por sua vez, alimentam essas outras políticas na hora da sua consecução. Pontuou que essa política não poderia ser levada ao pé da letra, simplesmente olhando o mapa e o interpretando de modo cartesiano, porque, a seu ver, só fazia sentido esse mapa se fosse olhado com relação aos textos que se encontravam no decreto. Asseverou terem sido previstos vários usos permitidos em várias zonas, mas, para tanto, era preciso que fosse feita uma análise integrada dos impactos cumulativos produzidos antes de determinados empreendimentos serem ou não implantados. Prevêem-se, também, acrescentou, programas de regularização fundiária e de incentivos a essa regularização em locais onde existe população em situação precária de dominialidade. Prevê-se, igualmente, observou, o monitoramento das condições de poluição de água, do solo, da evolução ou involução de fauna, das espécies da fauna e do *habitat* de espécies-chave da fauna etc. Asseverou que, no tocante ao decreto, se prevê que, dependendo da unidade de conservação ambiental que for criada, a área dessa unidade de conservação passasse automaticamente a integrar essa zona mais restritiva. Prevê-se, da mesma forma, para demarcação das áreas indígenas, a utilização de dados oficiais, a implantação de infraestrutura tanto de saneamento como de outras que promovam a melhoria dessas áreas. Asseverou que não há restrições quanto a isso. Declarou que não se estenderia mais, e que ficou bastante claro para nós aqui nessas três audiências que a sociedade da Baixada Santista é complexa, possui uma multiplicidade de interesses, não se podendo pensar em uma política pública que atenda setores, pois esta já nasceria torta e fadada ao fracasso. A seu ver, ponderou, essa política, tem que atender ao conjunto de interesses da sociedade. O que a seu ver, observou, a política que se discute atende, embora exista espaço ainda para o seu aperfeiçoamento, o que prevê a própria metodologia de trabalho, ao se reunir o grupo mais duas vezes com o propósito de analisar todas as críticas, as efetividade das propostas de supressão e de acréscimo, e, assim, refletir ainda sobre o cenário com o qual se tem trabalhado. Ao concluir afirmou que de sua participação nas três audiências públicas restou um sentimento de satisfação e, até mesmo, de orgulho por ter feito parte desse grupo que trabalhou com bastante afinco, com espírito público e com muita dedicação. Foi dada oportunidade ainda a uma pessoa que solicitou fazer uso da palavra. Esta pessoa comentou que a Prefeita do Município de Cubatão sempre age de forma muito democrática, sempre procurando o que é melhor para Cubatão e região, e que considerava equivocadas as pessoas que fizeram, durante a audiência, algumas críticas isoladas. Lembrou que a Prefeitura possui material que, elaborado por ela, contém uma visão regional e que ela dá todo o apoio nesse sentido. Asseverou que a consulta a esses documentos pode ser feita tanto na Secretaria Municipal de Planejamento. O representante do COSNSEMA, conselheiro Antonio César Simão, agradeceu a participação de todos na difícil tarefa de analisar essa política pública, e que pretendia oferecer um pequeno depoimento: que participou das três audiências realizadas sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, não só porque tem a responsabilidade de se posicionar sobre ele, mas também porque sua participação o possibilita delimitar e aprofundar mais sua visão acerca da importância desse procedimento, que são audiências públicas. Declarou ainda que lamentava a ausência do Ministério Público, que também atuava no meio ambiente, como dos representantes de outros órgãos competentes, principalmente pelo fato de ter sido a realização desse procedimento uma conquista, obtida a duras penas, ou seja, com sangue, suor e lágrimas, e por ser ela um instrumento democrático por natureza, do qual se deve participar inteiramente, de modo a se poder colocar idéias e, também, ouvir as críticas e os elogios a elas feitas pelos demais participantes. Concluiu afirmando que aqueles que se retiravam da sala e não ouviam as respostas eram tão autoritários como o eram aqueles que um dia não se opuseram à instituição desse procedimento. O Secretário-Executivo declarou terem sido cumpridas todas as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

etapas da audiência e que toda pessoa interessada em aprimorar o projeto tinha o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da realização da última audiência, que acontecerá no próximo 17 de novembro, para encaminhar sua contribuição para a caixa postal [lroliveira@sp.gov.br](mailto:lroliveira@sp.gov.br), a qual será analisada e juntada ao processo. Agradeceu a participação de todos os que compareceram e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Rosana Maria Henrique, bióloga alocada no Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.